

# COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGENCIA

## REQUERIMENTO Nº (Do Sr. José Guimarães)

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art 2º, caput e § 4º, e art. 3º, inciso XI, da Resolução do Congresso Nacional nº 2 de 2013, cópia do expediente produzido pela Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) do Ministério da Justiça no ano de 2020 e referente aos servidores da área de segurança pública e professores universitários identificados como antifascistas.

### JUSTIFICAÇÃO

Em 24 de julho de 2020, o jornalista Rubens Valente torna pública no portal UOL a informação de que desde junho o Ministério da Justiça monitora sigilosamente um grupo de 579 servidores federais e estaduais de segurança identificados como integrantes do "movimento antifascismo" e três professores universitários, todos críticos do governo de Jair Bolsonaro.

Após grande repercussão na imprensa e nas esferas políticas e institucionais, o Ministro da Justiça instaurou sindicância para apurar os fatos e afastou o chefe da Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas (SEOPI), que teria produzido o relatório. O diretor substituído é Gilson Libório, nomeado para o cargo em 25 de maio, pelo próprio ministro.

Em resposta ao Supremo Tribunal Federal, no bojo da ADPF nº 722 instaurada para questionar investigação sigilosa promovida contra servidores públicos, em 06 de agosto de 2020, o Ministério da Justiça deixou de encaminhar ao judiciário qualquer relatório ou dossier de investigação de servidores e informou que “com o objetivo de prestar todos os esclarecimentos que se façam necessários sobre o tema em epígrafe, de pronto este signatário se colocou à disposição dos membros do legislativo federal, através da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional, independentemente de formal apreciação de quaisquer requerimentos de informação ou de convocação”.



Diante desse ofício ao poder judiciário, entendemos que o Ministro está disposto a colaborar com esta Comissão para o conhecimento da verdade dos fatos, então mister que nos forneça qualquer que seja o expediente existente sobre os servidores identificados como antifascistas.

Se não existisse relatório/dossier e se a matéria publicada fosse completamente infundada, o diretor da SIOP, pessoa de confiança do Ministro da Justiça não teria sido afastado do cargo. Por isso, solicitamos todos os documentos que foram produzidos durante o monitoramento sobre do cidadãos mencionados.

Não é demais destacar que esta Comissão tem por principal objetivo a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, desenvolvidas no Brasil ou no exterior por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, especialmente pelos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), a fim de assegurar que tais atividades sejam realizadas em conformidade com a Constituição Federal e com as normas constantes do ordenamento jurídico nacional, em defesa dos direitos e garantias individuais e do Estado e da sociedade.

E, de acordo com o art. 2º, § 4º da Resolução CN 2/2013, para o bom cumprimento de suas funções, a CCAI terá acesso a arquivos, áreas e instalações dos órgãos do SISBIN, **independentemente do seu grau de sigilo.**

Diante do exposto, solicito, aos nobres pares, apoio para a aprovação deste requerimento.

Sala das sessões, em 07 de agosto de 2020.

**Jose Nobre Guimarães**  
**Líder da Minoria na Câmara**

